

A COLONIZAÇÃO DO MUNDO RURAL E A EMERGÊNCIA DE NOVOS ATORES

ALFIO BRANDENBURG

RESUMO *Este texto tem por objetivo problematizar a noção de mundo rural e analisar as condições de emergência de novos atores. A partir da ideia de colonização do rural, os personagens que reagem ao processo de racionalização unilateral da vida social e biológica são definidos como novos atores, na medida em que reconstróem relações com o ambiente social e natural. A ação de novos atores inscreve-se no contexto de um campo de disputa de linguagens ecossociais e de distintas ruralidades, construindo-se uma racionalidade que se contrapõe ao domínio da racionalidade instrumental: a racionalidade ambiental ou ecológica.*

PALAVRAS-CHAVE *Colonização do rural; mundo da vida rural; novos atores; atores ecológicos.*

ABSTRACT *The purpose of this text is to problematize the notion of rural world and to analyze the conditions of emergence of new social actors therein. Through the notion of the colonization of the rural, we define the characters that direct the processes of unilateral rationalization of social and biological life as new actors, insofar as they engage in the reconstruction of relations with the natural and social environment. The actions of new actors are inscribed within the context of a field of struggle in which eco-social languages and different ruralities are disputed. Through these actions and as a challenge to the dominant instrumental rationality, a new environmental or ecological rationality emerges.*

KEY WORDS *Rural colonization; rural life world; new actors; ecological actors.*

A literatura que trata de temas rurais ou agrários refere-se ao rural como meio rural, setor rural, ambiente rural, mundo rural ou até mesmo os termos sociedade rural, comunidade rural, pouco empregado na literatura contemporânea. Recentemente a literatura vem referindo-se ao rural como “mundo rural”. São

1 Maria de Nazareth B. Wanderley, *Mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Roberto J. Moreira e Luiz F. de Carvalho Costa, *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. IV Encontro da Rede de Estudos Rurais: *Mundo Rural, Políticas Públicas, Instituições e Atores em Reconhecimento Político*. Curitiba, 6-9 de julho de 2010.

diversos os títulos de artigos, textos, livros e encontros que empregam esse conceito.¹ Embora banalizado, pouco se tem problematizado ou questionado sobre o sentido dessa categoria. Qual sentido de rural está se atribuindo ao conceito? Do que se está falando mais precisamente? Que mundo ou universo é esse? São vários os sentidos de rural, quando a literatura analisa o rural brasileiro e o projeta em termos de sua perspectiva, de sua permanência ou não na sociedade. De modo geral, identificamos duas correntes de interpretação. Uma que analisa um rural não mais agrícola e em vias de desaparecimento, uma vez que os processos de agroindustrialização e urbanização dominariam todos os âmbitos da sociedade (SILVA, 1996). Outra que aborda o rural como diverso, em reconstrução de forma complementar ao ambiente urbano e como um espaço de reprodução de uma vida social e produtiva. Nessa perspectiva, o rural é revitalizado mediante atores diversos, mas principalmente com a ação dos camponeses, agricultores familiares, imprimindo diversos formatos sociais e produtivos (WANDERLEY, 2009). É a partir dessa segunda vertente que situamos nossa reflexão, entendendo que mundo rural é formado pela coexistência de rurais de tempos e espaços diferenciados.

É no rural da sociedade, em particular da sociedade brasileira, que encontramos nossas raízes, conforme o clássico e sempre atual *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. No mundo rural localizamos a herança de nossas tradições que se situam no âmbito das experiências vivenciadas no cotidiano e no universo simbólico da sociedade. Nesse sentido, no rural encontramos as experiências concretas das manifestações culturais e religiosas mais remotas, da vida social comunitária (MACIVER e PAGE, 1973) e das práticas relacionadas às atividades econômicas e produtivas que se desenvolvem no ambiente natural. Há um saber-fazer oriundo da experiência de vida que se reproduz, mesmo que conjugado a um saber técnico. No âmbito da sociedade, o rural se reproduz simbolicamente,

alimentado por manifestações culturais, como a música, o lazer, pela visão romântica da reconstrução da natureza e pelo desejo de um retorno a uma vida de convívio com uma paisagem bucólica. O mundo rural não existe apenas como um lugar, um espaço onde se desenvolvem atividades agrícolas ou aquelas que têm a ver com a gestão da natureza, mas também como um mundo que se reproduz no conjunto da sociedade, sob o ponto de vista de uma experiência prática (material) e simbólica. Interessante que, quanto mais se questiona sobre o desaparecimento do rural, observa-se – principalmente –, nas sociedades modernas avançadas, que mais a sociedade se mobiliza no sentido de preservá-lo e reconstruí-lo como um patrimônio. No mundo rural, a vida social reproduz as nossas tradições, e a vida biológica reproduz as diversas formas de manifestação da natureza. Dessa maneira, o mundo rural é o espaço onde vamos nos reencontrar tanto com nossas tradições quanto com a natureza, ainda exuberante, conforme cantado em versos e prosas.

O MUNDO RURAL: RAÍZES E TRADIÇÕES

Quando Sérgio Buarque de Holanda se refere à sociedade brasileira como uma civilização de raízes rurais, entendemos que, nas formas de ocupação social de nossos espaços geográficos, encontramos a gênese de um padrão de relação social que ainda persiste na sociedade brasileira. Assim, a grande propriedade foi o berço em que se desenvolveram as formas de organização social que deu origem ao que Holanda (1978) denomina os “grandes domínios”. Nesses domínios imperava a vontade do grande proprietário, que subordinava aos seus interesses a vida social e econômica daqueles que viviam na terra que era de sua propriedade ou daqueles que lhe prestavam serviços sobrevivendo à margem dela. Desenvolveu-se aí um padrão de relação de dependência sob a forma de subserviência,

mandonismos, clientelismos, apadrinhamentos, ainda presentes no cenário da sociedade. O grande proprietário não era apenas o empregador como entendemos hoje, mas, chefe de uma família patriarcal, padrinho, protetor, mandatário e “dono de um poder” que se estende além da propriedade rural. Esse padrão de relação de dependência construiu-se no interior das grandes propriedades, porque aí se desenvolveram unidades sociais, nas quais as necessidades vitais para sobrevivência da mão de obra eram providas pelo dono da propriedade. Assim havia capelas onde se rezavam missas, escolas onde se formavam as crianças, espécies de armazéns de alimentos, roupas e espaços para criações, plantações de subsistência (HOLANDA, 1978).

O padrão de relação de dependência que teve sua gênese na grande propriedade se reproduz, na vida social e política na contemporaneidade, com as manifestações do chamado voto de cabresto, conforme Leal(1975), ou se projeta no Estado mediante a síndrome do pai protetor, conforme Faoro (1989).

Se, por um lado, há um mundo rural cuja forma de ocupação de seus espaços teve como base a grande propriedade, organizada em domínios agrícolas que exerceram e exercem influência na sociedade de modo geral, por outro, encontramos situações em que os interesses sociais e políticos fizeram da propriedade familiar a forma de ocupação. A literatura relativa à história social demonstra que, principalmente no Sul do Brasil, a partir do século XIX, quando os interesses políticos estavam voltados para a produção de alimentos, para abastecimento do mercado interno, surgem as unidades de produção familiar ou camponesa. Nessa situação, a organização da vida social teria a comunidade, ou grupos de vizinhança como referência de grupos sociais do mundo rural. Os estudos clássicos de comunidades rurais, da década de 1970, irão mostrar o caráter dessa organização social. A comunidade rural pode ser definida como um grupo social no qual se desenvolvem relações de interconhecimento, conforme Mendras (1978), formas de

solidariedade social, relações de confiança, sentimento de pertencer a um lugar sob o ponto de vista geográfico e social (BRANDENBURG, 1998). A comunidade do mundo rural estruturada em torno de infraestrutura social mínima, como a igreja, a escola, os equipamentos de lazer e o pequeno comércio, só existe com mínimos vitais e sociais, conforme Antonio Candido (1975). Na comunidade rural, desenvolve-se um estilo, ou modo de vida, que até um determinado momento – diga-se da modernização intensiva – um viver intersubjetivamente compartilhado se realizava de forma aproblemática, ou seja, o mundo da vida rural nas condições definidas como tradicional se reproduzia material e simbolicamente segundo uma rotina que significava assimilação e ajustamento e reprodução cultural.

As comunidades rurais assim caracterizadas certamente não fazem mais parte dos tempos modernos. No entanto, estudos recentes realizados no Paraná indicam que, nos pequenos municípios com mais de 20 mil habitantes, podem ser encontrados núcleos ou povoamentos cuja denominação local ainda é comunidade. Um olhar mais aprofundado no município de Verê (8.721 habitantes) indicou haver 30 pequenos núcleos (CINTRA, 2007). Resta saber de que forma se expressam, como se relacionam e vivem os agricultores desses núcleos ou povoamentos. Outro estudo realizado, no município de Dois Vizinhos, Paraná, nos dá indicativos de que as relações concernentes a um mundo rural se estendem para fora da chamada comunidade e englobam a sede municipal, ou seja, embora a comunidade ainda possa existir como referência de raízes sociais, as relações constitutivas de um estilo de vida rural abrangem a sede do município (CARNIEL, 2007).

O mundo rural é principalmente associado à vida de um personagem que se distingue no cenário da sociedade: o camponês. Embora sua posição na estrutura social seja subalterna à grande propriedade (WANDERLEY, 2009), há situações, evidenciadas pelo estudo das comunidades, em que o

camponês desenvolveu um grau de independência em relações ao patronato, permitindo que se reproduzisse um atributo da vida camponesa que é recorrente: a busca de autonomia. O estilo de vida camponês se expressa com a continuidade de uma condição de vida na moderna organização de produção familiar. Estudos relacionados à organização de assentamentos indicam como esse estilo de vida ainda se inscreve num conjunto de relações sociais constitutivas de uma comunidade rural, a exemplo da organização coletiva do trabalho (mutirão), troca de dias de serviços etc. (FRANCO, 1992).

Embora outros personagens possam representar o significado do mundo rural, são os agricultores familiares, camponeses, seringueiros, ribeirinhos, faxinalenses, remanescentes de quilombolas e indígenas os que reproduzem o que está mais próximo de nossas raízes. Reproduzem mecanismos ou estratégias de ação que combinam subjetividade e racionalidade. Uma racionalidade que lhe é específica, como identificado por Tchayanov (1990), na medida em que se diferencia da racionalidade da empresa capitalista. A organização socioproductiva camponesa, ou familiar, não separa subjetividade ou racionalidade, conforme a organização do trabalho da moderna organização empresarial. De acordo com Jean (1994), o camponês é um personagem trinitário, porque é proprietário, gestor e executor de seu próprio trabalho. Nessa perspectiva, a ação do camponês não é orientada exclusivamente pela racionalidade instrumental, mas por múltiplas dimensões ou racionalidades ligadas a seu projeto de vida. Sendo assim, o camponês desenvolve atividades diversas, não sendo um profissional especializado; além de agricultor, é também um artesão, na medida em que produz instrumentos diversos, artesanatos e organiza sua própria fábrica. Não raramente busca complementar sua renda fora de sua propriedade, visando satisfazer suas necessidades e construir um projeto familiar de forma autônoma. A autonomia na gestão da produção, no uso

do tempo, sempre foi um atributo caro aos camponeses, assim como as relações de troca, de convivência, de formas particulares de lazer (caça, pesca, mutirão).

A vida camponesa desenvolve-se segundo um ritmo que acompanha os movimentos da natureza. Não é possível produzir sem considerá-la e sem esperar que os ciclos da natureza se completem. Esse movimento da vida natural coexiste com um movimento da vida social de forma a interferir nas atividades relacionadas ao trabalho, à vida social e ao lazer. Assim, também a natureza tem suas lógicas que são apreendidas como um saber que resulta da experiência da relação do agricultor com o ambiente natural. O saber-fazer do camponês não é desvinculado das leis da natureza – é por isso que a agricultura é também uma arte e não apenas técnica desvinculada de contextos culturais e históricos.

A natureza é uma aliada do camponês, na medida em que proporciona os recursos para sua sobrevivência. Sendo assim, não é apenas um instrumento “útil” de trabalho, ou um recurso produtivo; é antes de mais nada um patrimônio, muitas vezes sacralizado, que deve ser preservado. A relação direta com os recursos naturais faz com que o camponês desenvolva um “apego à natureza”. Entre os diversos elementos que compõem a natureza, a literatura sublinha o apego à terra. Carlos Rodrigues Brandão, em seu livro *O afeto da terra*, destaca com propriedade essa dimensão. O apego à terra se transforma em um dos componentes mais relevantes das múltiplas dimensões subjetivas do que se denominou racionalidade específica do camponês. Assim, talvez seja possível dimensionar uma ética da natureza, inscrita no que se conhece como “*ethos* camponês”.

A natureza e a tradição são dois elementos basilares, constitutivos do mundo rural que estão fortemente ancorados no referencial de ação do camponês. Dois elementos que se complementam e que integram a vida em uma sociedade pós-tradicional, conforme Giddens (1991), e presente nas discussões

de caráter ecológico na modernidade. São reinventados ou reconstruídos reflexivamente como estratégia alternativa à dominação exclusiva da racionalidade técnico-instrumental, tal como estilo ecorrural, que passa a se constituir como uma alternativa, ou como uma opção de um estilo de vida urbano nas sociedades do mundo contemporâneo.

A opção de um estilo de vida de inspiração rural ou agrário que se verifica no conjunto da sociedade ocorre em paralelo à recorrente reinvenção do modo camponês de viver, mediante os processos de recampanização ou manutenção da agricultura familiar e camponesa. Dessa forma, observa-se que o mundo da vida rural reproduz-se no âmbito da sociedade de modo objetivo, real e simbólico. Objetivamente compreende a vida cotidiana do camponês ou agricultor mediante suas práticas sociais e culturais, e simbolicamente é representado não somente pelos atores rurais, como também pela sociedade de modo geral. Observe-se como a música sertaneja se manifesta no conjunto da sociedade, e com ela estilos de vida e comportamento que buscam inspiração no mundo da vida rural. A música, os rodeios, os estilos de se vestir, mesmo que de forma estereotipada, constituem inclusive o universo de grupos de jovens que cultivam o chamado “sertanejo universitário”. Embora não seja o sertanejo o criador da música consumida na sociedade de massa, os compositores que cantam inspiram-se num modo de vida rural presente no imaginário social, cantam não apenas para os que vivem no rural, mas para os que se identificam com o ritmo da música sertaneja. Essa representação do mundo rural que se verifica na cultura desperta o interesse de cidadãos pela busca de refúgios no espaço de vida rural, inaugurando formas de lazer alternativos e ao mesmo tempo compondo o universo de atores que reinventam o rural, em muitos casos trazendo o rural para as cidades ou o urbano para o campo mediante “simulacros” (SOARES, 2007).²

2 Jean Baudrillard, *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

O mundo da vida rural se reproduz de forma integrada na sociedade, como se expressa Maria de Nazareth Wanderley na sua lucidez intelectual:

quando estamos falando de mundo rural, estamos nos referindo a um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais. Não estamos, portanto, supondo a existência de qualquer universo isolado, autônomo em relação ao conjunto da sociedade e que tenha lógica exclusiva de funcionamento e reprodução. Porém, consideramos que este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba (WANDERLEY, 2009, p. 289).

O mundo rural, no contexto da sociedade global, vive em constante tensão com outro âmbito da sociedade: o âmbito dos sistemas regulamentado pelos interesses mercantis/financeiros e pelo poder político.³ A dominação da lógica do sistema, em que prevalecem os interesses relacionados ao capital sobre os âmbitos da reprodução da vida social e biológica, faz com que muitos estudiosos prevejam o fim do rural. Essa perspectiva analítica, no entanto, explora apenas o que constitui imperativo do sistema, sem considerar o movimento que se opõe a ele. O rural, mediante o processo de racionalização de sua vida, mediante a mercantilização de suas relações sociais e produtivas, e com as políticas de desenvolvimento, subordina-se ao imperativo da lógica do sistema da sociedade, mas não de forma passiva, a ponto de levar à sua extinção. Nesse sentido, julgamos apropriado denominar esse processo como de colonização, na medida em que a racionalização do rural conduz a um processo de reconstrução, mas não de sua extinção, assim como no conjunto da sociedade se reinventam formas alternativas de sobrevivência e de vida cotidiana que se reproduzem segundo uma lógica que se contrapõe aos âmbitos dos sistemas regulamentados.

A questão que se coloca, então, é: Como o sistema realiza a colonização do mundo da vida rural, ou como os interesses

3 Conforme Habermas (1988), dois âmbitos compõem a sociedade moderna. O sistema (esfera regulamentada) e o mundo da vida (esfera da tradição e cultura). O sistema abrange o Estado (política) e o mercado (interesses mercantis e financeiros). O mundo da vida abrange as experiências da ação que ocorre em ambiente físico-biológico, social e cultural. O mundo da vida reproduz-se simbolicamente nas dimensões do social, do cultural e da personalidade.

industriais, vinculados ao mercado e ao poder político, transformam o ambiente e os atores do mundo rural e como estes reagem ao processo de colonização?

A COLONIZAÇÃO DO MUNDO RURAL

A colonização do rural se realiza quando os processos de transformação social e política são comandados pelos interesses urbanos-industriais ou, de forma mais apropriada, quando no Brasil os interesses da oligarquia agrária perdem poder político para a burguesia urbana, iniciando-se o processo de industrialização. Esse movimento, cujo marco histórico é a Revolução de 1930, tem sua expressão máxima, como sabemos, na década de 1970, quando ocorre a modernização intensiva da agricultura. A partir de então, o Estado (sob o comando da ditadura militar), aliado aos interesses da indústria, desenvolveu um programa de modernização agrícola que visava transformar as unidades produtivas rurais em modernas empresas com tecnologia de base industrial.

O Estatuto da Terra, editado em 1964, irá definir o caráter dessa modernização. Por um lado, tinha por objetivo eliminar o minifúndio (menor que 1 módulo rural) e, por outro, o latifúndio (maior que 600 módulos rurais), promovendo uma reestruturação fundiária e com isso, juntamente com políticas de difusão de inovações agrícola, transformar o rural tradicional, cuja base era a grande propriedade fundiária, num rural moderno. Como é do conhecimento, o Estatuto da Terra, tal como concebido, jamais foi aplicado por contrariar os interesses dos grandes proprietários fundiários e setores da burguesia urbano-industrial. A reestruturação agrária deixou de ser realizada, prevalecendo uma política de colonização e modernização das práticas agrícolas que iria aliviar tensões oriundas de movimentos sociais que reivindicavam terra em seu estado de origem. Caso exemplar foi o movimento dos agricultores que

residiam nas terras ocupadas pela construção da barragem de Itaipu, que reivindicavam terra no estado do Paraná. O governo federal iria criar assentamentos no estado do Mato Grosso, por meio de empresas como a Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná – Sinop (hoje nome de município), para deslocar a população que reivindicava terras. Sem adentrar na análise dos aspectos relacionados a essa política – uma vez que não há espaço para isso e nem é objetivo deste texto –, diversos estudos iriam apontar as deficiências de infraestrutura local e as frustrações dos agricultores que para lá imigraram.

Contudo, o que marcou a transformação e a *colonização do mundo rural* não foram os assentamentos promovidos pelo governo, mas sim a política de modernização da agricultura. Estado e mercado representando o sistema socioeconômico de forma conjunta iriam criar mecanismos institucionais visando acelerar o avanço da lógica do sistema sobre instâncias do mundo rural. Para dar sustentação à política de modernização, foi formulado um amplo programa de crédito rural, criado órgãos de pesquisa e extensão rural, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, e a Empresa Brasileira de Extensão Rural – Embrater. Crédito subsidiado, pesquisa e transferência de tecnologia podem ser definidos como o tripé da política de modernização agrícola, sem que se alterasse a estrutura fundiária. Daí a expressão modernização conservadora, ou modernização dolorosa (SILVA, 1981a), que expulsou do campo milhares de camponeses, pequenos agricultores familiares e trabalhadores rurais.

Essa fase da modernização da agricultura é marcada por estudos de caráter socioeconômicos que analisam a subordinação da agricultura ao capital (SANTOS, 1979), os impactos sociais das modernização agrícola (MARTINE e GARCIA, 1987), como também por estudos que analisam a decomposição das unidades de vida social camponesa, como as comunidades, sua desestruturação da produção, sua perda de identidade, sua

exclusão social, sua migração e seu êxodo rural. Sob o ponto de vista da vida social no campo, os Estudos de Comunidades Rurais irão mostrar como se alteram as relações de sociabilidade, de ajustamento ao ambiente ecológico (CANDIDO, 1975). O mercado dinamizado pelo capital industrial irá gradativamente mediar as relações comerciais substituindo objetos de uso do camponês por artefatos industriais (SEYFERTH, 1974), bem como despertar necessidades que outrora não integrava a vida camponesa. Mostram também como a cidade, mediante os meios de comunicação, iria definir padrões e estilos de vida diferenciados do modo de camponês (CARNIEL, 2007).

Os diversos estudos da literatura relacionados com as ciências sociais rurais mostram como o sistema, cuja lógica é orquestrada pelo Estado e pelos interesses mercantis, moderniza e coloniza o mundo rural no sentido de racionalizar as práticas dos camponeses/agricultores, submetendo-os aos interesses urbano-industriais. Moderniza, mas não o transforma totalmente, por isso o coloniza.

O mundo rural, no entanto, não é formado somente por atores, como camponeses e agricultores familiares, guardiões de uma tradição cultural. No processo de colonização, a racionalização dos âmbitos da vida rural transformou os camponeses em agricultores familiares modernos, guardando especificidades da condição camponesa, como também os expropriou, transformando-os em assalariados ou semiassalariados. O Estado, mediante as políticas públicas, promoveu a grande propriedade, principalmente, transformando-a em estabelecimento agropecuário agroindustrializado. Entende-se essas unidades como geridos por atores do agronegócio que se integram à lógica do sistema, ocupando o espaço rural apenas como um lugar em que se pode obter benefícios econômicos, quer pela mão de obra, quer pela exploração de recursos naturais, quer por explorar contratos de produção com agricultores, ou mesmo aproveitar o excedente de mão de obra camponesa ou

familiar. O desenvolvimento da agricultura em tempo parcial convive em muitas situações com a indústria do agronegócio.

Esse rural de uma fase da modernização caracterizada por uma expansão da racionalização dos espaços agrários via interesses privados dos conglomerados agroindustriais é destacado nos estudos agrários pelo processo de industrialização da agricultura (SILVA, 1997; GOODMAN *et al.*, 1990). É nessa perspectiva que se interpreta o rural como um *locus* de produção – mas não de vida social –, cuja lógica da organização produtiva não se distingue da grande empresa capitalista urbano-industrial. As organizações agroindustriais, nesse sentido, constituem unidades do sistema econômico que se ancoram no mundo rural e nutrem-se de seus recursos, visando concretizar seus objetivos de forma mais rentável, sob o ponto de vista da acumulação do capital. Desse modo, os grandes conglomerados do agronegócio funcionam como enclaves do sistema no mundo da vida rural.

A racionalização da produção agropecuária, mediante instrumentos técnicos e de gestão que se expandem para as unidades produtivas de modo geral, gera dispensa de mão de obra, multiplica e especializa atividades, além de transformar a paisagem agrária. Nessa perspectiva, o rural deixa de ser apenas agrícola e, além de produzir alimentos e matérias-primas, passa a ter outras funções ou papéis na sociedade. Uma das funções mais demandadas atualmente é a relacionada à preservação ambiental ou mesmo pelo consumo de espaços de lazer e de reencontro com a natureza. Esse rural é interpretado como novo, na medida em que racionaliza e industrializa as atividades produtivas e que não tem mais na agricultura sua atividade principal (SILVA, 1997). Esse rural, no entanto, convive com um outro rural, um rural da precariedade estrutural, de atores diversos, constituídos por camponeses, agricultores, povos tidos como tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos, faxinalenses, que guardam uma tradição ou uma vida social, segundo suas especificidades históricas. Esses diversos atores do mundo rural

ficam submetidos às regras de mercado, aos apelos da sociedade de consumo, à dominação de uma cultura urbano-industrial e de uma racionalidade instrumental, técnica e administrativa, cuja dinâmica, quando exclusiva, transforma recursos naturais em artefatos e sujeitos em objetos. Esse processo de colonização do mundo rural com funções sociais se realiza em conformidade com a lógica de um sistema que engendra estratégias socioeconômicas que geram a reprodução da desigualdade e da exclusão social. Nesse contexto, as relações entre a lógica urbano-industrial e o mundo do rural, a colonização da vida rural somente pode ser compreendida quando associada aos imperativos do sistema socioeconômico ou do modelo de desenvolvimento que o sustenta.

A REAÇÃO À COLONIZAÇÃO DO MUNDO RURAL

O mundo da vida rural, enquanto colonizado pelo sistema socioeconômico, não se extingue, mas é reconstruído por atores que reagem no sentido de defender os interesses associados à vida social e biológica. Natureza e vida social são dois elementos constitutivos do mundo da vida que se reproduzem não apenas no rural, mas também no conjunto da sociedade, de forma material e simbólica. É no mundo da vida que a sociedade encontra elementos para a reconstrução de relações socioambientais, que permite à sociedade reproduzir-se de forma renovada, ou “sustentável”. O mundo da vida abrange a esfera da sociedade civil, ou âmbitos não regulamentados pelas instâncias do sistema. É dessa esfera que emergem projetos e estratégias de reprodução social de interesses dos diversos atores que a constituem. Embora submetido a processos de continua racionalização, o mundo da vida gera o que Habermas concebe como o “paradoxo da racionalização”. Esse paradoxo da racionalização compreende duas dimensões: uma racionalização que leva à coisificação das relações sociais e outra relacionada à geração de utopias.

A racionalização do mundo da vida permite ambas as coisas ao mesmo tempo: a coisificação sistemática e induzida, e a projeção de uma perspectiva utópica, desde que sempre se tem achado que a modernização capitalista destrói as formas tradicionais sem conservar sua substância comunicativa. Destrói essas formas de vida, porém não as transforma, de modo que se mantenha em nível superior de diferenciação aquela conexão entre os momentos cognitivo-instrumentais, os prático-morais e os expressivos, que havia caracterizado a prática cotidiana do mundo da vida, ainda não racionalizados (HABERMAS, 1988, p. 467).

Os movimentos sociais que expressam conflitos diversos na sociedade moderna são portadores de utopias, que nascem no contexto do mundo da vida. Assim os movimentos de resistência, como o movimento ecológico na agricultura, os movimentos de emancipação, como o de mulheres, os de identidade, como dos ribeirinhos, faxinalenses etc., surgem como protagonistas de racionalidades contestadoras, ou alternativas à lógica do sistema. Nesse sentido, o que se tem de novo no âmbito do mundo rural não é o processo de modernização, ou de expansão unilateral da racionalidade instrumental sobre os âmbitos da vida rural. O novo está relacionado aos movimentos de atores, que tensionam e se contrapõem ao processo de dominação exclusiva da lógica do sistema. Esses atores, ou novos atores, são os protagonistas da reconstrução de uma ruralidade, que se situa no mundo rural, mas que, no entanto, não abrange o rural na sua totalidade, uma vez que o rural brasileiro é formado de tempos e espaços diferenciados. Não se pode falar de um novo rural, mas de uma nova ruralidade. Dessa forma, é apropriado referir-se ao rural como constituído de ruralidades (MOREIRA, 2005), de emergência de uma nova ruralidade (WANDERLEY, 2009). Em adendo a essa ideia: mesmo na Europa é pertinente a noção de ruralidades, conforme indica Marc Mormont (2009), quando se refere ao rural europeu.

No Brasil não se pode se referir a um renascimento do rural (KAYSER, 1990) como na Europa, porque, pelas circunstâncias históricas, o rural tradicional, representado por categorias já referidas anteriormente, não deixou de existir. Não se pode falar do fim do campesinato, como fez Henri Mendras (1984), ao se referir ao campesinato francês na segunda metade do século passado. A literatura recente sobre a História Social do Campesinato no Brasil, que surge no meio acadêmico, analisa sua trajetória e as condições sociais e políticas de dissolução e permanência de formas de campesinato (NEVES, 2009). Antes disso, a coletânea de Lamarche (1992) já viria a indicar o expressivo número de camponeses e agricultores familiares no Brasil.

O mundo rural, no entanto, embora tenha nos novos atores os protagonistas de uma nova ruralidade, é reconstruído por atores diversos, que assimilam o discurso, e parte do referencial de ação desses novos protagonistas constitutivos dessa realidade. Assim, o rural torna-se um espaço de disputa, em que são confrontados diversos discursos e práticas sociais, “como agricultura e outras atividades; eficiência econômica e preservação ambiental; espaço produtivo x espaço de lazer; produção e consumo etc.” (WANDERLEY, 2009). As diferentes linguagens desses atores, que traduzem racionalidades distintas, acabam por definir espaços geográficos diferenciados, de tal forma que é possível identificar na paisagem rural os agentes que a definem. Assim, por exemplo, os espaços ocupados por assentados oriundos dos movimentos dos sem-terra, os espaços protagonizados por camponeses e agricultura familiar, os espaços onde impera um agricultura especializada e industrializada pelos agentes do agronegócio, os espaços reservados à preservação ambiental etc. Esse mosaico de espaços que expressam paisagem diversas é construído pela ação dos diversos personagens, que, ao desenvolver um conjunto de relações sociais e técnicas, definem ruralidades distintas.

OS NOVOS ATORES DO MUNDO RURAL

Nesse ambiente diversificado, que a modernização não conseguiu padronizar, emergem novos atores que renovam as ações que representam continuidades e rupturas das tradições sociais. Como surgem, por que e como se definem esses atores? A explicação da gênese desses atores pode ser encontrada na especificidade do seu contexto social local e histórico. No entanto, *grosso modo*, pode-se afirmar, segundo Habermas, que os movimentos sociais são respostas ao movimento de colonização do mundo da vida, promovidos pela expansão da racionalidade instrumental, são movimentos em defesa da vida. É possível que a reação ao processo de colonização se realize quando as condições de reprodução da vida (social e biológica) atinjam seus limites, isto é, quando a vida social encontra-se em fase de degradação (perda de identidade, estresse social, perda de sentido, exclusão e desigualdade social) e a vida biológica em fase de desequilíbrio (poluição e intoxicações por produtos químicos ou industrializados, mudanças climáticas etc.). Por isso os movimentos ecológicos constituem um dos mais expressivos na atualidade, porque o meio natural talvez esteja perdendo sua capacidade de resiliência, ou de restabelecer-se naturalmente diante dos problemas imputados pela intervenção das atividades humanas. A complexidade da dinâmica econômica e da política de Estado engendra tecnologias que ultrapassam os limites da regulação natural, como a energia nuclear, engenharia genética (organismos geneticamente modificados, nanotecnologia etc.).

Mas, ao mesmo tempo em que a natureza é transformada e artificialmente construída, permanece tangível a distinção entre o ambiente próximo ao natural do mundo rural e ao ambiente artificialmente construído do mundo urbano. O mundo da vida rural, embora colonizado na sua diversidade de atores e espaços, guarda potenciais de resistência, mas também de transformação, que permite um confronto de lógicas e gestão de racionalidades

alternativas distintas. As ações de novos atores são forjados assim nesse ambiente conflituoso, em que, de um lado, resistem à exclusividade da racionalidade técnico-instrumental e, de outro, assimilam a racionalidade da modernização social.

Diante de tais circunstâncias, Habermas, Touraine, Leff, entre outros, chamariam a atenção para o que caráter distintivo dos movimentos sociais emergentes, ou novos atores. Para esses autores, os novos atores se distinguem do clássico movimento operário, que visava à transformação da sociedade mediante rupturas estruturais.

Antes, são movimentos com novas e diferentes gramáticas que procuram forjar sua entidade em ações, visando reapropriar-se da natureza e transformar a forma de uso de seus recursos socioambientais. Para Alain Touraine, “um movimento social se define pelos atores que o animam, e querem mudar o uso que é feito dos principais recursos de uma sociedade. Um tal movimento pode se manifestar em todos os níveis de organização social, mas sempre corresponde a um só tipo de ação. Ele é mais completo do que um conflito, já que traz orientações positivas, mas ele é igualmente mais complexo do que as rupturas revolucionárias” (TOURAINÉ, 2009 p. 172).

Os novos atores, em regra geral, são denominados movimentos culturais, porque modificam os padrões ou paradigmas mediante a construção de novas relações no interior da sociedade, como na relação com o ambiente natural. Dessa forma, os novos atores agem no sentido de realizar-se como sujeitos das transformações do ambiente em que vive (TOURAINÉ, 1995). Ao mesmo tempo em que constroem novas formas de relação ou organização social, reconstróem nova forma de convívio com a natureza. Nesse sentido, constituem atores que, por sua definição, agem segundo múltiplas racionalidades que envolvem o natural e o social.

Sem pretender simplificar, poderíamos afirmar que os novos atores definem-se pela sua luta contra a dominação da racionalidade instrumental, que destrói a natureza humana e

físico-biológico ou a natureza interior e exterior. Lutam contra o processo de objetivação promovido pela expansão de domínio exclusivo da racionalidade instrumental sobre os âmbitos da vida, contra o processo de objetivação, de transformação de sujeito em objeto. Por isso, os novos atores movem-se no sentido de se fazer sujeitos da construção das relações sociais e ambientais. No mundo rural, dois movimentos ilustram a emergência de novos atores e se destacam recentemente: o movimento dos seringueiros e o movimento ecológico na agricultura.⁴

Esses atores se definem pela sua reação à dominação da racionalidade instrumental e têm como objetivo a busca de projetos que permitem a maior autonomia das suas condições de sua existência. Articulam elementos subjetivos da tradição e de suas experiências de vida e ao mesmo tempo agem considerando a racionalidade instrumental e regulação política da sociedade. Os novos atores, enquanto articulam racionalidade e subjetividade, agem reflexivamente no sentido de reconstruir relações socioambientais.

Identifica-se também no mundo rural um conjunto de novos atores individuais, como os agricultores, os camponeses, os neorrurais, não vinculados aos movimentos ambientalistas. Os novos atores podem ser tomados no seu sentido coletivo (movimento social) ou individual.

Há uma relação direta entre indivíduo, ator e sujeito, conforme define Touraine (1995). Nessa concepção, os atores coletivos somente se instituem quando o movimento corresponde aos anseios individuais. Há outra dimensão a destacar, não há necessidade de um engajamento em um movimento social para que um ator se realize como sujeito de sua construção. O indivíduo, informado pelos meios de comunicação, pode sentir-se motivado a se instituir como sujeito e sentir-se motivado pelo movimento que o legitima. Assim, o agricultor pode se transformar em agroecologista animado pelo movimento agroecológico sem participar dele. Os agricultores, ou atores, inseridos no mundo da informação e das dinâmicas

4 O caso dos movimentos dos seringueiros, surgido na década de 1970, exemplifica como esses personagens solucionam conflitos ligados à questão fundiária e à proteção das florestas, visando à sua sobrevivência. O movimento surgiu quando os seringais do qual dependiam para sobreviver foram vendidos. Os seringueiros foram expulsos da área das florestas que começaram a ser derrubadas. Sem qualificação para viver de outra fonte de renda, os seringueiros logo se organizaram para impedir a derrubada da floresta. Com apoio da Contag, conseguiram negociar lotes no interior da área comprada pelos fazendeiros para exploração dos seringais, conciliando, dessa forma, preservação ambiental e recursos para sobrevivência. Esse fato teve repercussão internacional por se tratar de uma iniciativa pioneira dos povos da floresta, de forma organizada, na defesa da floresta amazônica. A experiência de organização desses atores ilustra como, a partir da defesa de suas condições de vida, reagem enfrentando os interesses econômicos do sistema, restituindo relações com o ambiente natural e reconstruindo estratégias de organização de vida social. Ilustra, enfim, “o modo como comunidades de seringueiros, destituídas de força econômica e poder político (*institucional*), articulam redes sociais, nacionais

e internacionais de apoio e, ao formular uma alternativa para a resolução de conflitos sociais, contribuem para a elaboração e implantação de uma política inovadora de acesso e uso dos recursos naturais na Amazônia” (ALLEGRETTI, 2008, p. 57). O movimento ecológico na agricultura surgiu também na década de 1970. Marginalizados pelo processo intensivo de modernização agrícola, os agricultores, com o apoio da Fase, organizam o movimento de agricultura alternativa, que visava buscar alternativas de práticas produtivas às práticas modernas de origem industrial, como alternativa de sobrevivência no campo. O movimento foi apoiado pelo Projeto Tecnologias Alternativas – PTA, com apoio de recursos de entidades internacionais, deu sustentação às organizações de apoio aos agricultores – as ONGs –, financiado técnicos e assessoramento a organização. Após a Eco-92, esse movimento ganhou força com projetos de desenvolvimento de uma agricultura sustentável. Recentemente o movimento se reorganiza em redes, tais como a ANA – Amazônia, ASA – Articulação no Semi-Árido Brasileiro, GTA – Grupo de Trabalho Amazônico, Rede Ecológica de Agroecologia (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), ACA – Articulação Capixaba de Agroecologia, AMA

de transformação do mundo rural, ao agir reflexivamente,⁵ podem substituir práticas convencionais por práticas agrícolas ecológicas. As práticas ecológicas o cuidado com o ambiente, nesse sentido, constituem uma escolha, produto de uma decisão reflexiva e não fruto de uma rotina em que natureza e tradição se complementam de forma ajustada, visando à manutenção da sobrevivência conforme as comunidades tradicionais. Dessa forma, os agricultores articulam a experiência oriunda da tradição e ao mesmo tempo conhecimento da modernidade científica gerado pelas instituições organizadas no âmbito estrutural. “A tradição camponesa, que por um momento parecia ter uma conotação negativa, face ao saber universal, renovado pela aplicação da ciência e de novas tecnologias, torna-se, nesse novo contexto, uma qualidade positiva”, afirma Wanderley (2009).

Saber vernacular e conhecimento científico complementam-se em ações que abrangem o social e o natural (FLORIANI, 2007). A técnica mediadora da relação homem-natureza nesse caso não constitui apenas um conhecimento gerado em laboratórios, ou em experimentos sob controle e observação dos cientistas, mas também um instrumento de ação que foi herdada de agricultores que precederam ao momento histórico atual. É nesse sentido que é pertinente a expressão diálogo de saberes, segundo Leff (2003), na construção de uma racionalidade ambiental ou socioambiental. Os atores que não se submetem a uma racionalidade instrumental exclusiva de suas ações consideram seus interesses múltiplos e por isso a racionalizam de forma diversa, contribuindo para a institucionalização de outra racionalidade: substantiva, ambiental, conforme Leff (2001), e ecológica, segundo Gorz (1991).

ATORES ECOLÓGICOS E RACIONALIDADE AMBIENTAL

No âmbito da ação dos agricultores ecológicos, os motivos que desencadeiam o desenvolvimento de outras racionalidades – que se contrapõem ao imperativo da racionalidade instrumental – e que levam a uma descolonização do mundo da vida têm sido principalmente os relacionados à saúde, à qualidade de vida, ao meio ambiente (ZONIN, 2007; PADILHA, 2008). A partir desses motivos, ou razões, os agricultores transformam sistemas agrícolas e mudam sua conduta. Assim, diante de uma racionalidade que dinamiza o produtivismo, sobressaem as práticas que privilegiam o uso de recursos naturais em vez de produtos agroquímicos, que diversificam a produção ao invés de especializá-la. Os agricultores ecológicos passam a produzir para o autoconsumo, em vez de depender exclusivamente do mercado, mudam os hábitos de alimentação, a noção de qualidade de alimentos, e comercializam os produtos mediante canais diferenciados (como as feiras, entregas domésticas), embora cada vez mais as grandes redes de supermercados já estabeleçam pontes com a produção ecológica (PADILHA, 2008).

O mercado parece ser o âmbito mais desafiador, ao confrontar a racionalidade ambiental emergente. Estudos realizados sobre a construção da racionalidade ambiental, na Região Metropolitana de Curitiba (PADILHA, 2008), mostraram que a relação com o mercado provoca avanços e recuos na organização dos agricultores, gerando conflitos, dissolução e reorganização de suas associações. As ações alternativas emergentes enfrentam normas e padrões de comercialização próprias da lógica de mercantil do sistema e precisam adaptar-se a ela. Embora do lado do consumidor também possam se identificar novos atores, que demandam produtos e alimentos de qualidade, há que considerar os padrões e contratos de interesses econômicos não ajustados à lógica socioambiental. Experiências de comercialização com a rede Sonai (de supermercados), em

– Articulação Mineira de Agroecologia. O movimento ecológico na agricultura organizado em rede tem repercussões na América Latina e países da Europa interessados em conhecer a experiência brasileira, mediante projetos de intercâmbios e acordos internacionais.

5 A ação reflexiva, conforme Giddens (1991), representa a contínua recorrência de reconstrução de condutas ou práticas sociais, que, de um lado, leva em conta as experiências individuais e, de outro, as informações providas da estrutura social.

Curitiba, têm mostrado como o sistema mercantil bloqueia e dificulta a construção de outra racionalidade, na medida em que suas regras requerem acordos contratuais que não beneficiam os interesses dos agricultores e os levam a enfrentar todos os riscos relativos à comercialização.

Por outro lado, à medida que os produtos ecológicos deixam de se constituir apenas nichos de mercado, em função de uma demanda crescente da população por produtos verdes e de qualidade, cresce o número de agricultores interessados na produção ecológica, ou orgânica, não pelas motivações citadas anteriormente, mas por interesses de caráter predominantemente econômico. Esses atores surgem adaptando a produção ecológica ao sistema produtivo convencional e aos padrões de consumo de massa. Os apelos ecológicos, as frequentes informações relacionadas aos riscos ambientais, ligados à produção de alimentos fazem com que aumente a demanda desses produtos. Dessa forma, a produção ecológica torna-se também uma atividade rentável, lucrativa e por isso de interesse de empresas não propriamente relacionadas com a tradição à qual referimos anteriormente. O interesse econômico fez com que atores organizassem unidades de produção orgânica na agricultura, cuja lógica em pouco se diferencia da moderna empresa capitalista do chamado agronegócio. Empresas produtoras de soja, café e outras, visando à exportação, são igualmente reconhecidas como produtoras de produtos orgânicos e certificadas por órgãos de fiscalização ou auditoria. A racionalidade instrumental passa, então, a recolonizar a emergente racionalidade ambiental dos contextos construídos pela lógica dos novos atores. Essa recolonização, no entanto, pode refazer os processos de defesa e sustentação da vida conforme a lógica dos atores emergentes. Foi o que ocorreu, por exemplo, no movimento da agricultura orgânica, na Região Metropolitana de Curitiba. Não identificados com o grupo de agricultores, da corrente da agricultura orgânica – que reproduz formas de produção especializada segundo a lógica da empresa

convencional –, os agricultores se integraram ao movimento da agroecologia, que forma a Rede Ecovida de Agroecologia. Dessa corrente participam camponeses, agricultores familiares, neorrurais, enquanto na agricultura orgânica há uma tendência de aumentar o número de empresas que não participam de um movimento social organizado. Há inclusive empresas que realizam contratos de produção com agricultores seguindo a estratégia dos chamados integrados agrícolas. Há assim movimentos de reinserção dos atores no interior das correntes da agricultura ecológica em função do confronto de interesses, de racionalidades conflitantes decorrentes de uma recolonização da racionalidade ecológica ou da reaproximação de atores que formam novos grupos identitários diante da reconstrução de uma racionalidade ambiental.

A ecologia surge na sociedade como um novo campo de disputa entre atores diversos. Há assim que identificar quais as racionalidades e lógicas de organização que subjazem as práticas ecológicas. Quais atores podem ser identificados como novos e quais atores que, ao substituir as práticas convencionais ou agroindustriais, reproduzem a lógica organizacional do sistema. É nesse sentido que cabe estudar as diferentes correntes ou práticas da ecologia. O que surgiu como formas de contestação às práticas convencionais, ou como uma agricultura rebelde (EHLLERS, 1996), como a agricultura de urgência, agricultura biológica, biodinâmica, pode não mais expressar o novo, mas a mesma lógica da acumulação assimilada e ajustada aos imperativos do sistema socioeconômico.

O desafio de ecologização não é apenas dos novos atores do mundo rural ou dos atores emergentes, mas da sociedade, na medida em que esse rural que emerge é de interesse social e relacionado à construção de um mundo rural ecologizado, ou dito sustentável. Um mundo rural que somente é possível reconstruir na medida em que participam atores diversos da sociedade, ou novos atores de modo geral. As organizações, de consumidores

que participam do movimento em rede, constituem um exemplo de como ocorre essa articulação organizada entre atores rurais e consumidores urbanos e como se reconfiguram as relações rural-urbana. Estudos realizados com consumidores sublinham a emergência do que Portilho (2005) denominou “consumidor cidadão”. Em pesquisa realizada com consumidores da grande rede de supermercado na Região Metropolitana de Curitiba, identificaram-se mudanças no perfil do consumidor. Há interesses comuns entre novos atores que emergem do mundo rural e novos atores que do mundo urbano: ambos reagem em defesa da vida no sentido da reconstrução de relações socioambientais. Dessa forma, surgem alianças não mais entre o movimento operário urbano e o movimento camponês, mas entre atores que atuam segundo uma mesma racionalidade em construção: a racionalidade ambiental. Assim, a construção de uma racionalidade ambiental ou ecológica está relacionada à conduta dos novos atores sociais, individuais ou coletivos, que visam concretizar práticas sociais segundo princípios do ambientalismo, mas depende da sociedade ou de agências que promovam políticas que sustentem o desenvolvimento de uma nova racionalidade.

É dessa forma que, ao se referir à construção de uma racionalidade ambiental, Leff⁶ não está apenas se referindo à racionalidade relacionada no microuniverso da ação dos atores, mas também à de um processo de institucionalização e reorientação de valores que ocorre nas diversas instâncias da sociedade. Exemplificando: as pesquisas relacionadas ao mundo agrícola, ou rural, não somente considerariam a racionalidade econômica, mas também racionalidades advindas dos interesses relacionados às dimensões ou racionalidades diversas, às aspirações e ao projeto de vida desses atores. Da mesma forma, políticas públicas de apoio ao fomento a atividades de produção e consumo ecológicos constituem estratégias sociais de enfrentamento aos constrangimentos da lógica mercantil e razão técnica já instituída nos âmbitos regulamentados da sociedade.

6 A racionalidade ambiental se constrói mediante a articulação de quatro esferas de racionalidade: uma racionalidade substantiva, uma racionalidade teórica, uma racionalidade instrumental e uma racionalidade cultural (LEFF, 2001, p. 137).

Em síntese, a emergência de novos atores no mundo rural não pode ser compreendida sem que se considere o que se entenda por mundo da vida rural e seu processo de colonização que se verifica pelos âmbitos do sistema social. Novos atores e colonização do mundo rural são dois conceitos complementares que traduzem, de um lado, novas racionalidades emergentes (racionalidade ambiental) e, de outro, a tradição reinventada, base para ação reflexivamente construída que articula dimensões do ambiente social e natural. Novos atores nesse sentido são os personagens emergentes que se contrapõem ao domínio exclusivo da racionalidade ambiental e desenvolvem ações afirmativas no sentido de construir projetos de vida que consideram a relação com a natureza e a interação no interior da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, jul.-dez. 2008.
- BAUDRILLAR, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Unesp, 1997.
- BRANDENBURG, Alfio. Colonos: subserviência e autonomia. In: FERREIRA, Ângela; DAMASCENO, D.; BRANDENBURG, Alfio. *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora UFPR, 1998.
- CANDIDO, A. *Parceiros do rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1975.
- CARNIEL, Fagner. *O telejornal que fala pra gente, mas não fala da gente: Globo Rural e identidade em Dois Vizinhos*. 2007. Dissertação (Mestrado) – UPFR, Curitiba.
- CINTRA, Anael. *Espaços rurais no Paraná: um estudo das relações campo–cidade nos pequenos municípios*. 2007. Dissertação (Mestrado) – UFPR, Curitiba.

EHLERS, Eduardo. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, 8ª ed. São Paulo: Globo, 1989.

FLORIANI, Nicolas. *Avaliação das terras pelos agricultores ecológicos de Rio Branco do Sul (PR): uma abordagem geossocioagronômica da paisagem rural*. 2007. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FRANCO, Mariana C. Pantoja. *Xagu: de sem-terra a assentado*. 1992. Dissertação (Mestrado) – UFRJ, Rio de Janeiro.

GIDDENS, Antony. *Consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GOODMANN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Da lavoura às biotecnologias: agroindústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GORZ, André. *Capitalisme, socialisme, écologie: désorientations, orientations*. Paris: Galilée, 1991.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa*. Madri: Taurus, 1988, t. II – Crítica de la razón funcionalista.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

JEAN, Bruno. A formação social da agricultura contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. *Cadernos de Sociologia/Programa Pós-Graduação em Sociologia*, Porto Alegre, PPGS/UFRGS, v. 6, Produção familiar, processos e conflitos agrários, 1994.

KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale*. Paris: Armand Colin, 1990.

LAMARCHE, Hugue (Coord.). *L'agriculture familiale II: du mythe à la réalité*. Paris: L'Harmattan, 1992.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*, 5ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LEFF, Henrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade,*

complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Racionalidad ambiental y diálogo de saberes: sentidos y senderos de un futuro sustentable. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, UFPR, n. 7, jan.-jun. 2003.

MACIVER, R. M.; PAGE, C. H. Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, Florestan. *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Nacional, Edusp, 1973.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.

MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *La fin des paysans*. Paris: Babel, 1984.

MOREIRA, Roberto José (Org). *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

MOREIRA, Roberto J.; COSTA, Luiz F. de Carvalho. *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

MORMONT, Marc. Globalisations et écologisations dès campgnes. *Études Rurales: la Sociologie Rurale en Questions*, n. 183, jan.-jun. 2009.

NEVES, Delma P. Constituição e reprodução do campesinato no Brasil. In: NEVES, Delma P. (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*. São Paulo: Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, v. 2 – Formas dirigidas de constituição do campesinato.

PADILHA, Douglas Ochiai. *A construção da racionalidade ambiental no movimento agroecológico em Rio Branco do Sul*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

PINHEIRO, Gustavo Silveira Rosa. Agricultor familiar e projeto agroecológico de vida. In: BRANDENBURG, Alfioet al. *Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas*. Brasília: MDA, 2007.

PORTILHO, Fátima. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2005.

- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974.
- SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981a.
- _____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp. IE, 1996.
- _____. O novo rural brasileiro. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997.
- SOARES, Maria Dalva de Oliveira. *As contradições do turismo no espaço rural: vida, trabalho, renda e exclusão*. 2007. Tese (Doutorado) – Unicamp.
- TCHAYANOV, Alexandre. *L'organisation de l'économie paysanne*. Paris: Librairie du Regard, 1990.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. *Pensar outramente o discurso interpretativo dominante*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba: Editora da UFPR, n. 2, A reconstrução da ruralidade e a relação sociedade–natureza, 2000.
- _____. *O mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ZONIN, Wilson João. *Transição agroecológica: modalidades e estágios na RMC – Curitiba*. 2007. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ALFIO BRANDENBURG – Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, participante do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Meio Ambiente e Desenvolvimento, <alfio@onda.com.br>.